X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional del Rosario. Departamento de Historia de la Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Nacional del Litoral, Rosario, 2005.

O ARDIL DO POLITICISMO EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR (1964-1985).

Antonio Rago Filho.

Cita:

Antonio Rago Filho (2005). *O ARDIL DO POLITICISMO EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR (1964-1985). X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional del Rosario. Departamento de Historia de la Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Nacional del Litoral, Rosario.*

Dirección estable: https://www.aacademica.org/000-006/408

ARK: https://n2t.net/ark:/13683/e8OH/Hrm

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto*. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org*.

O ARDIL DO POLITICISMO EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR (1964-1985)

Antonio Rago Filho*

Após quarenta anos do golpe de estado de 1964 e quase vinte anos da transição transada, uma das vertentes que tenta se impor é a da visão conservadora que naquela época havia um golpe de esquerda em marcha e um "contragolpe" como revide à "República sindical"[1]. No fundo, esta interpretação política não é nada inocente, pois, nasce ideologicamente comprometida com a teleologia dos vencedores, diante de uma sociedade cindida, propugnando e vislumbrando uma única saída oriunda de uma necessidade histórica que visava a refrear a "algaravia" das massas e do "caos e anarquia" implantados pelo governo "populista" de João Goulart que, de sua parte, intentava desfechar de modo golpista, um outro "regime autoritário". Esta visão ficou sacramentada com a obra do jornalista Elio Gaspari que apologeticamente sustenta que "Havia dois golpes em marcha. O de Jango viria amparado no 'dispositivo militar' e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo da sucessão presidencial"[2].

E, concernente ao processo de auto-reforma, na passagem do bonapartismo para a institucionalização da autocracia burguesa, atribui-se a "conquista da democracia" exclusivamente às iniciativas políticas de Geisel e Golbery, elidindo-se por completo o papel das classes sociais, as contradições imanentes da produção e reprodução da vida material, da crise e colapso do "milagre econômico" e o esfacelamento das bases sociais da ditadura militar, a principiar com as dissensões burguesas. E nada se diz sobre a atuação e resistência das classes subalternas, em especial ao ressurgimento das greves operárias em fins da década de setenta, com as multidões ocupando espaços públicos. Apequenando as possibilidades inscritas na luta contra a ditadura militar, retém-se apenas a ação singular e personalizada que encetou a "distensão

[1] Este artigo retoma reflexões desenvolvidas em minha tese de doutorado intitulada *A Ideologia 1964. Os gestores do Capital Atrófico*. In: Programa de Estudos Pós-graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998. Ver RAGO Filho, A. "O Ardil do Politicismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa". In: *Revista Projeto História* n.º 29. Programa de Estudos Pós-graduados em História, PUC-SP, dezembro de 2004.

[2] GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 51.

democrática" como obra projetada por Geisel e completada por Figueiredo, que inibiram uma possível guerra civil, ao alijarem o "núcleo duro" dos militares. E, pior ainda, elevando à posição de destaque a triste figura de J. Sarney e a "República dos Cruzados". Com isso, se embaralham as diferenças históricas entre categorias sociais com posições antagônicas, portanto, com projetos e estratégias que não se equivalem em suas respostas às alternativas concretas postas no evolver histórico, subsumidas ao ardil do politicismo, verga-se ao "determinismo" de via de mão única sob a égide dos vencedores: a história sempre se move pelo alto.

O golpe de estado, em verdade, veio como contrapartida do que poderia vir a ser uma nova ordem societária que sob a forma de uma república democrática colocaria as massas na vida pública, incorporadas ao mercado interno por meio de um conjunto de reformas estruturais, a começar pela reforma agrária, assim como, o processo de nacionalização dos setores estratégicos de nossa economia e o controle da remessa de lucros que ameaçavam as empresas estrangeiras. A crescente participação do movimento popular, trabalhadores da cidade e do campo, utilizando-se de greves e ocupações de terra, das manifestações político-culturais dos artistas e estudantes, de reivindicações dos servidores públicos, como os próprios militares, a direita organiza-se e, com isso, recrudescem suas posições extremistas.

Numa obra seminal sobre o papel do bloco multinacional e associado na articulação do golpe de estado de 1964, o uruguaio René Armand Dreifuss examina a intensa preparação por parte de uma "elite orgânica" formada por empresários nacionais, acoplada a dispositivos e organizações, tais como o IPÊS e o IBAD, articulados com oficiais militares expressivos, tais como Golbery do Couto e Silva, e "intelectuais orgânicos" civis, tais como o economista Roberto Campos. Este empreendimento, respaldado pela ação político-militar do bloco multinacional e associado, permitiu ao complexo IPÊS/IBAD imprimir uma "guerra de posições" sem precedentes minando a resistência do governo representativo[3].

[3] DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. 2.ª Edição. Laboratório de Tradução da Faculdade de Letras da UFMG. Revisão técnica feita pelo autor. Petrópolis: Vozes, 1981, p.259.

Nesse quadro, a intervenção norte-americana se punha de prontidão. Com sua estratégia militar em ação, a administração Kennedy (com o assassinato deste a de Lyndon Johnson) aprofundava a assistência militar às Forças Armadas da América Central e Latina, sob os auspícios dos *war colleges* norte-americanos, a fim de que elas se unissem numa "ação cívica", para garantir sua "segurança interna", num combate sem tréguas à "subversão inspirada pelo castro-comunismo", a fim de "contribuir para a defesa coletiva de acordo com suas capacidades e promover o desenvolvimento econômico e social"[4]. Em nossa realidade, a CIA (Central Intelligence Agency) agia ora na formação de quadros para o combate às agitações operárias, camponesas e estudantis, ora no preparo de uma intervenção direta, com sua estrutura bélica e forças militares, caso houvesse insurreição popular, ou mesmo, de modo mais simples, despejando recursos financeiros, sem passar pelas vistas públicas legais, para os governadores comprometidos com o combate ao comunismo, "capazes de sustentar a democracia".

O golpe de Estado de 1964 alinhou todas as frações do capital atrófico e segmentos médios que temiam a ameaça comunista, a explosão popular, o movimento operário-sindical, a quebra da disciplina e hierarquia militar, a falta de comando do presidente da República, João Goulart. Esta comunidade de proprietários e defensores da ordem, com seus dispositivos e instituições, com seus "verdadeiros partidos da ordem", a Igreja e o Exército, a pleno vapor, amparados pelo imperialismo norte-americano, disseminaram a ideologia do anticomunismo e, nos conflitos e disputas da *guerra fria*, o risco do país cair nas malhas do "comunismo soviético". Haja vista a revolução cubana tão vívida e tão próxima. Por esta razão, o temor explicitado: se o Brasil passasse por uma revolução, toda a América Latina o acompanharia.

Em 1968, em que pese às tentativas de reorganização dos estudantes e de setores radicalizados de esquerda, mas com as classes subalternizadas incapazes de resistência organizada, para uma polarização radical da perspectiva

---

[4] Sobre a política imperialista de J. F. Kennedy ver BANDEIRA, Moniz. *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina*. 2.ª Edição. São Paulo: Ensaio, 1995, p. 139.

do trabalho, as facções bonapartistas ambicionando a ampliação do controle social sobre a sociedade civil, em especial a resistência armada, com o *golpe dentro do golpe*, desnudam por inteiro a propalada "restauração democrática". Os gestores do capital atrófico escancaram as medidas ditatoriais, baixa-se o Ato Institucional n.º 5, em 13 de dezembro de 1968. Ao justificar a violência do *terror oficial*, as concepções cínicas do coronel Jarbas Passarinho não deixam dúvida alguma quanto à necessidade do terrorismo aberto: "Já não restava a possibilidade de aplicar remédios constitucionais, como o estado de sítio, então julgado insuficiente e incapaz de neutralizar a escalada da guerrilha e do terrorismo"[5].

Com o AI-5, o bonapartismo se intensificou refazendo sua estrutura jurídica para efetivar atos políticos repressivos, inibindo as ações do judiciário e do legislativo, impondo o recesso parlamentar, fechando Assembléias, demitindo, removendo, aposentando, intervindo em várias organizações de classe. O executivo se fortalecia com o poder de legislar em todas as matérias, intervindo nos Estados e Municípios, sem as restrições previstas na Constituição. Suspendia os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos, assim como cassava mandatos eletivos em qualquer esfera da federação.

Engels, de certo modo, fornecera a chave para a compreensão desta forma particular de poder burguês ao escrever que "o bonapartismo é a verdadeira religião da burguesia moderna."[6] Numa reflexão sobre a atualização do conceito de bonapartismo, Domenico Losurdo apontou para o fenômeno da militarização como "resultado dos explosivos conflitos políticos e sociais internos". E, numa recorrência à crítica de Marx, registra a configuração necessária da passagem da "ditadura burguesa mediante a espada" para uma "ditadura da espada sobre a sociedade civil", especificando esta forma de terrorismo explícito com "o aparelho militar desenvolvido pela burguesia em função antioperária termina por engolir a

[5] Cf. PASSARINHO, Jarbas. *Um Intelectual Híbrido*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996, p. 308.
[6] ENGELS *apud* ANTUNES, R. *A Rebeldia do Trabalho*. Campinas: Editora Unicamp; São Paulo: Ensaio, 1985, p. 116. Sobre este tema, ver RAGO FILHO, A. "Sob este signo vencerás! A estrutura ideológica da autocracia burguesa bonapartista". In: Cadernos AEL. *Tempo de Ditadura*, v. 8, n.º 14/15 – primeiro e segundo semestres de 2001, pp.167-8.

sociedade no seu conjunto e a própria classe dominante."[7] A determinação marxiana não deixa margens para a dúvida, uma vez que o executivo guindava ou fechava o parlamento, com isso, "Despojava o poder de Estado de sua forma direta de despotismo de classe, pondo um freio ao poder parlamentar e, conseqüentemente, diretamente político, da classe dos apropriadores". Mais ainda, essa força absolutizada, concentrada e aparentemente autônoma com respeito à sociedade civil, pode ser considerada como a "última forma, degradada, a única possível desta dominação de classe, tão humilhante para a própria burguesia quanto para a classe operária que é mantida sob ferros". Sendo assim, "a única forma possível de Estado em que a classe dos apropriadores pode continuar a manter sob sua influência a classe dos produtores". Como reserva de poder, recurso alternativo aos conflitos de classe que se constitui em "/.../ uma das formas políticas da sociedade burguesa, a sua forma mais prostituída, mais acabada, e a última"[8].

É interessante observar que a historiografia que tomamos criticamente como *Analítica Paulista*[9], que abarca as teorias do autoritarismo, populismo, da dependência e marginalidade, tente demonstrar por meio do conceito de autoritarismo, que de certo modo com a preservação de um parlamento vigiado não permite a caracterização deste estado como sendo de natureza bonapartista.

Os novos demiurgos da nação

Por certo, em nossos tempos perversos e obscuros, as representações ideológicas se acham inteiramente invertidas com relação às objetivações práticas das categorias sociais dominantes. Ditaduras do capital se autoproclamam autênticas democracias, contra-revoluções alardeam-se como revolucionárias,

[7] Cf. LOSURDO, Domenico. *Democracia ou Bonapartismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Edusp, 2004, p.123.
[8] MARX *apud* GALVÃO, Luiz Alfredo. *Capital ou Estado?*. São Paulo, Cortez, 1984, p. 123.
[9] A expressão *Analítica Paulista* foi cunhada por J. Chasin ao se referir à produção sociológica e filosófica paulista. Expressão que, mais precisamente, remete a um edifício teórico armado a partir do Seminário Marx, estudos sobre *O Capital*, iniciado em 1958, proposto por J. A. Giannotti e do qual participaram, Fernando Henrique Cardoso, Fernando A. Novais e Paul Singer, entre outros. Esta produção intelectual planta uma espécie de "marxismo adstringido" que bane a emancipação humana geral, a revolução social da lógica onímoda do trabalho. Cf. CHASIN, J. *A Determinação Ontonegativa da Politicidade*. *Revista Ensaios Ad Hominem 1*. Tomo III: Política. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 7.

invasões estrangeiras se lançam em ações emancipadoras de povos escravizados, os novos fundamentalismos se põem em nome da verdadeira liberdade.

Após a consolidação do golpe de estado de 1964, os novos demiurgos prometerem à nação a "felicidade social", com a erradicação das mazelas sociais do nosso subdesenvolvimento, abolindo por decreto e repressão qualquer "sinal de comunismo". Os gestores do capital atrófico acreditaram que dotados de uma *doutrina de segurança nacional* poderiam controlar pelo alto a sociedade civil e, assim, a nossa própria história. Todavia, ao cabo da auto-reforma da autocracia burguesa balizada por seu projeto de "distensão democrática", lenta, gradual e segura, segundo os cânones autocráticos, legaram-nos uma crise social oriunda das contradições da própria forma particular de organização da produção assentada na superexploração da força de trabalho que conduziu a vida dos trabalhadores a um cotidiano perverso e penoso.

No plano da idealidade, há que ter claro que até em sua razão manipulatória, a nossa burguesia expressa o seu caráter particular limitado, em conformidade com sua gênese histórica, despossuída de elementos revolucionários ingênitos dada a sua incompletude de classe, ela antevê as benesses da acumulação ampliada de modo associado e subordinado sem a participação das massas nos processos políticos decisórios. Em nossa particularidade histórica, respeitadas suas especificidades, engendra-se uma potência política concentrada e autonomizada que cumpre as funções ditatoriais autocráticas necessárias à expansão do capital. Daí a necessidade da violência, da recorrência ao autocratismo burguês[10].

Um dos nódulos ideológicos inscritos na visão conservadora da burguesia e disseminada intensivamente pelos gestores autocráticos, durante esse período,

[10] Assim que tomaram de assalto ao poder, os gestores do capital atrófico se apresentaram como uma roupagem inteiramente invertida. Chegaram mesmo a se glorificar como demiurgos da nação e sinalizaram a restauração da democracia. Malbaratavam o que praticavam, como estratagema bonapartista, censurando a imprensa e os livros pelo uso da palavra "ditadura" e de veiculação de seus atos espúrios, vigiando o teatro e o cinema, esmagavam a cultura nacional, mas prometiam com sua inteligência manipuladora a retomada da "democracia". Os elementos decisivos que efetivamente uniam as facções do autocratismo – os castelistas e os duristas – eram o anticomunismo, a meta de extermínio da esquerda armada e a defesa da ordem societária centrada na propriedade privada.

consagra a idéia de que a história se move pelo alto. Às massas caberia um papel intrinsecamente menor e subordinado, assim elas seriam sempre passíveis de ser manipuladas e orientadas nas escolhas políticas, certamente, decididas e articuladas pelas "elites dirigentes". Anulam-se, com isso, todas as iniciativas, as capacidades e potencialidades advindas das massas populares; estas somente poderiam vir a ser instrumentalizadas, seja pelo "comunismo" seja o "populismo", identificado ao "nacionalismo exacerbado" e até ao "getulismo de massa", pelos líderes e tendências ideológicas, com seus projetos políticos "próprios", sempre em oposição à índole nacional, graças ao carisma e ambição pessoais. Seguindo, pois, antiga tradição das classes dominantes em nosso país, de natureza autocrática, na qual caberia à "classe dirigente", pensada como uma pequena "elite orgânica", a "missão civilizadora" em sincronia com a destinação mais apropriada aos valores e tradições do povo brasileiro. No que concerne aos proprietários, em que pese à defesa do princípio regente da propriedade privada na ordem social, o bonapartismo reservava um lugar próprio, pois protegia e desenvolvia os seus negócios, mas também colocava certa resistência ao seu comportamento político, considerando seus interesses amesquinhados e corporativistas.

A tutela militar respondia, dessa maneira, ao nosso *presente histórico*, mas também ao *futuro* de nossa vida nacional. Os militares acreditaram, piamente, que pudessem ter o controle pelo alto da sociabilidade do capital. Na suposição de harmonizar os conflitos de classe, a prepotência não era baseada apenas na força militar, mas supunha deter os caminhos de nossa vocação, o verdadeiro projeto da evolução nacional: o *Brasil potência*.

Ilusão socialmente necessária, uma vez que se supunha a autonomia do país como uma economia capitalista desenvolvida, potencializada pelos empréstimos aos recursos tecnológicos e capitais estrangeiros. A ilusão residia, precisamente, na instrumentalização do capital financeiro internacional apenas como *meio* para a autonomização nacional.

O problema residia em definir essa *tutelagem armada e repressiva* sempre em sintonia com as "aspirações do povo", a índole "passiva" do povo, como sendo

uma “democracia brasileira”. Esta estratégia do capital atrófico residia na erradicação brutal de qualquer resistência e movimento que ameaçassem o seu poder autocrático, uma vez que um afrouxamento e tolerância em sua vigilância e controle, com a guarda rebaixada, “os subversivos haviam de querer mais e mais e acabariam tomando conta do poder. Porque o outro lado tinha um objetivo determinado. Grande parte era realmente da esquerda comunista. Quer dizer, eles tinham uma ideologia e não parariam enquanto não conseguissem implantá-la”, como se expressava o general Ernesto Geisel[11].

Em suma, os novos demiurgos da construção nacional, os militares e o “sistema” acreditavam ter os poderes de controle, não só da modernização econômica pela ação estatal, sobretudo, da movimentação das classes subalternas, dos agrupamentos oposicionistas, dos parlamentares, dos processos eleitorais, da elaboração de uma ordem jurídica segundo os “ideais revolucionários”, da esquerda comunista, dos costumes culturais e da seleção da produção artística, que nada possuíam de “revolucionário”, ao contrário, rigorosamente reacionários, e, sobretudo, supunham controlar os rumos da nação alçando-a a condição de país soberano e desenvolvido. Este acabamento seria buscado por meio de vontade política e competência tecnológica e administrativa, em sua plena integração ao sistema internacional. Como ironizou Oliveiros Ferreira, o sonho golberiano contemplava a plenitude do *primeiro mundo*, o sonho de *grande potência*. O Brasil suposto como umbigo do mundo[12].

A tragédia do destino histórico da classe dos proprietários em nosso país é o que tipifica a nossa modernização excludente e sua irmã siamesa, a violência estrutural. Com os desdobramentos das determinantes estruturais do capitalismo brasileiro, consubstanciou um tipo de capital atrófico, subordinado e induzido de fora, cuja lógica concreta configura o exercício do poder sob o molde do *autocratismo burguês*, reproduzindo permanentemente a sua condição de subalternidade. A via colonial desconhece processos instauradores que pudessem

[11] GEISEL apud D’ARAUJO & CASTRO, Celso. In: *Ernesto* Geisel. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 215.

[12] FERREIRA, Oliveiros S. “Revisitando a Geopolítica do Brasil”, in: *Cultura* n.º 158. Jornal *O Estado de S. Paulo*, 15 de julho de 1981.

estruturar sólido regime democrático-burguês. Nasce, desse modo, uma categoria social cuja potência auto-reprodutiva do capital é extremamente restringida, uma burguesia que é incapaz de exercer sua hegemonia e, com isso, incorporar e representar efetivamente os interesses das demais categorias sociais numa dinâmica própria. Enquanto o capital concluso pode contemplar, em sua autonomia estrutural, amplas parcelas das categorias subalternas, elevando-as no plano das condições materiais de vida; nas formas do capital inconcluso, as formações típicas da via colonial de objetivação capitalista, em face de seu retardo histórico, antepõe de modo excludente, permanentemente, evolver nacional e progresso social. É graças a esta determinação histórica, a sua *incompletude de classe*, que se constitui o *capital atrófico e subordinado*, com suas características egoística e exclusivista.

O ressurgimento do movimento operário

Com a entrada dos trabalhadores na cena histórica, em finais dos anos 70 e princípios dos anos 80, na região paulista do ABC, valendo-se da arma da greve, ato que *por si* mesmo se convertia numa *vitória*, a luta meramente reivindicatória agia como um explosivo, isto porque, se transformava em arma política, na imediatidade, uma vez que feria os pilares da acumulação monopolista subordinada, a política salarial, a política de superexploração da força de trabalho. Com este ato prático, transgredia os marcos da estrutura jurídico-política repressiva da autocracia burguesa. A luta pelos valores formais da democracia, aludida pela oposição em especial a parlamentar e a "eurocomunista", ganhava conteúdos concretos. Mais ainda, a movimentação do novo agente social transformava-se em parâmetro para outras categorias do trabalho, e o recurso da greve se alastrava a vários rincões do país.

Desde o maio de 1978, na Saab-Scania, com o ressurgimento e a criatividade das greves operárias demonstrada pelo movimento espontâneo, *não espontaneísta*, a ludibriar a própria segurança interna das fábricas e a repressão do autocratismo burguês. A classe trabalhadora ali no pé da máquina estancava a produção com seus braços cruzados. Como reprimir homens e mulheres que entraram silenciosamente e se dispuseram a marcar o ponto e não rodar os meios

de produção por sua atividade pura e simples? Esta retomada que não surgiu do vazio, pois, o próprio Sindicato dos Metalúrgicos já denunciava a fórmula do arrocho salarial, e, mais ainda, a falsificação dos índices que aprofundavam a corrosão dos salários em 34,1 %, fraude atestada pelo BIRD, revelada pelo jornalista Paulo Francis e o parlamentar Eduardo Suplicy. A classe operária se utilizava, nesse processo, de várias formas organizativas de mobilização e conscientização, como grupo de comando, comissões de fábrica, produção de panfletos, contatos interfábricas; daí, um passo a diante, a multiplicação das greves por fábricas.

Há que recordar que na história do movimento operário há poucos casos em que um setor da classe operária, os metalúrgicos, pode reunir mais de cem mil trabalhadores numa assembléia sindical. A demonstração cabal dessa capacidade de luta seria uma constante nas greves metalúrgicas que irromperam contra a miserável condição a que estava relegada a classe operária por conta da exploração de suas energias vitais e o baixo padrão de vida material. A coerção do capital sobre o trabalho se impunha consoante a lógica perversa da reprodução ampliada do capital, vampirização a consumar a apropriação dual da mais-valia pelos capitais internacionais e os seus parceiros nacionais.

O ponto decisivo a ser registrado reside na circunstância em que as greves reemergiram. Irromperam, pois, no bojo da crise do “milagre econômico brasileiro”, e que por sua efetivação concreta batiam de frente com o pilar fundante da política econômica da ditadura, com os limites estabelecidos pelo domínio autocrático dos proprietários e ancorados numa legislação repressiva, desse modo, o simples pôr-se em marcha a faziam greves imediatamente políticas. A reação dos possuidores foi imediata, buscando inibir e cercear o alargamento das greves e de possíveis conquistas da classe operária foi imediata, com o reforço da vigilância e policiamento interno nas fábricas à cata de lideranças, as inevitáveis demissões e açodamentos, como panfletos de intimidação a quem aderisse novas agitações e paralisações.

Ora, precisamente, como um presente à posse do general João Baptista Figueiredo – o militar que declarava “fazer a democracia”, mesmo prendendo e

arrebentando quem o contrariasse[13], a fim de consumar o trânsito pelo alto, mais uma vez, no dia 13 de março de 1979, o movimento operário-sindical se manifestava irradiando o processo grevista pelas principais fábricas do ABC, criando comissões salariais, que se articulavam com as direções sindicais, que acabaram por imprimir a prática cotidiana de assembléias plebiscitárias com milhares de trabalhadores.

Nessa movimentação da resistência operária assiste-se a passagem da reemergência para a afirmação do operariado, "consubstanciando um salto qualitativo: o da passagem da fase de resistência democrática, que caracteriza todo o período anterior de maio de 78, para a fase do movimento democrático de massas propriamente dito"[14]. Se, de um lado, o movimento liderado pelo Sindicato dos Metalúrgicos revelava enorme capacidade de liderança e articulação com a combatividade extraída de suas bases, com a consulta e deliberação democrática, com o estímulo à criação e organização de comissões de fábricas; de outro, o refluxo do movimento sindical, com as prisões de suas principais lideranças e em que pese a resistência redobrada, não conseguiu o alargamento social e político das greves. Uma das debilidades do movimento grevista foi a de não buscar a unificação dos vários setores do trabalho que tinham em comum a superexploração e degradação de suas condições de vida. Com o refluxo, a ofensividade do capital pode desarticular uma possível equação programática que apontasse para a raiz das mazelas sociais. Por esta razão, "a transição consistiu na auto-reforma da dominação política discricionária, em razão e benefício de seu fundamento – a perversa sociedade civil do capital inconcluso e subordinado, arremetida ao sufoco de uma grave crise de acumulação."[15]

---

[13] O general e seus consortes conseguiram manobrar e conciliar no caso da Lei da Anistia. Segundo Daniel Aarão Reis: "Os partidários da ditadura responderam à altura, retomando o discurso da polícia política e reconstruindo as ações armadas praticadas como uma autêntica *guerra revolucionária*, na qual as próprias esquerdas revolucionárias, em certo momento acreditaram. Com base nessa tese ('se houve uma *guerra*, os dois lados devem ser considerados'), foi possível introduzir na Lei da Anistia dispositivos que garantiram a estranha figura da *anistia recíproca*, em que os torturadores foram anistiados com os torturados." Ver REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 70.

[14] CHASIN, J. "As Máquinas param…". In: *A Miséria Brasileira. 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Santo André/SP: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 89.

[15] IDEM. "A sucessão na crise e a crise na esquerda". In: *A Miséria Brasileira. 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Santo André/SP: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 223.

Se acertada era a visão das lideranças sindicais segundo a qual as agremiações políticas de esquerda estavam distanciadas das massas, a necessidade de uma ferramenta política era vital para os trabalhadores fazerem valer as suas reivindicações e mudarem o regime político e, numa movimentação de massa, romper a lógica perversa da plataforma econômica assentada na superexploração da força de trabalho; de outra parte, este historicamente novo se apresentava como "um novo com traços problemáticos". Haja vista que a "nova esquerda", ao se diferenciar do stalinismo e da rejeição dos caminhos da "burocracia soviética", acabou por soterrar a necessidade do pensamento crítico-revolucionário e o télos da emancipação humana, renunciando, com isso, ao combate pela "independência ideológica" e a perspectiva de alternativa de uma equação econômica que unificando os vários setores do trabalho pudesse emplacar uma transição parametrada pela lógica onímoda do trabalho. Sem isto, brotaram e se reproduziram um arsenal de "mitos ideológicos". Esquecendo-se, no que tange a luta pela democracia formal e a constituinte que, na síntese chasiniana, "a democracia real é a verdade da constituinte, e que a constituinte não é a verdade da democracia real". O sintoma mais evidente disso pode ser detectado na percepção atual de que com todos os avanços da democracia política, dos contingentes eleitores que se ampliam numericamente a cada eleição consumada, da possibilidade de um operário presidir a República, a *democracia social* ainda não foi alcançada.

É sabido que os arautos da política econômica da autocracia burguesa deram forma a uma fórmula efetivamente *mágica*, para o capital, a fórmula do arrocho salarial: quanto mais se intensificava o ritmo e prolongamento da jornada de trabalho e os mecanismos de exploração, o reajuste salarial imprimia um menor percebimento da parte dos trabalhadores. Em sua política salarial, a viga mestra da economia política, os índices eram fixados *anualmente* pelo próprio governo e não se concedia aumentos salariais, com uma *matemática perfeita* se chegava ao absurdo, quanto mais os índices do custo de vida subiam, menor era o índice dos reajustes salariais, portanto, menos dinheiro ia para o bolso do trabalhador. Por esta razão, as lutas sindicais quando irrompem se dirigirão

permanentemente contra esta forma de exploração, além de romper na prática com o cerceamento das "leis revolucionários", o cerceamento à própria atuação de classe, na busca da *recomposição salarial*, ano após ano.

Além da preservação dos interesses dos grandes proprietários rurais, a organização produtiva se centrou no departamento produtor de bens de consumo duráveis, de propriedade do capital estrangeiro, para o consumo de parcelas favorecidas das camadas médias. A recorrência aos empréstimos e capitais produtivos de origem estrangeira se deu num quadro favorável de alta liquidez, de estabilidade política pelo controle coercitivo do capital sobre o trabalho, da militarização das instituições, que proporcionava alta concentração de renda e, no plano de fundo, a apropriação dual da mais-valia por meio da política salarial arrochante. De outra parte, com o lema "exportar é a solução", visava a atender aos setores exportadores através de bens competitivos a serem oferecidos no mercado internacional. "Numa palavra, a organização dada à produção nacional é que determina a avassalante desigualdade na distribuição da riqueza. Em outros termos, a forma atual da produção da riqueza é que causa diretamente a superexploração do trabalho, isto é, a miséria das massas trabalhadoras". Sendo assim disposta, o equívoco central das oposições residia no fato de não atentar para esta determinação, teimando com seu "distributivismo", uma distribuição melhor e mais justa, sem mexer na plataforma econômica da ditadura. O ocaso do "milagre econômico brasileiro" se revelou um processo autofágico, precisamente, porque em sua raiz não poderia atender às necessidades vitais das massas trabalhadoras e da maioria dos indivíduos que integram o país e que, por sua própria lógica específica, estancava-se em sua própria engrenagem[16].

[16] Num tempo em que não emergia uma propositura alternativa da perspectiva do trabalho, J. Chasin, o formulador da teoria da via colonial revela o mecanismo da autofagia econômica: Haja vista que "quanto mais produzia para a privilegiada faixa do mercado interno e exportava subdiadamente, tanto mais era obrigado a ampliar as importações. De forma que a balança comercial, não considerando abstratamente momentos isolados, mostrou-se cronicamente deficitária. Progressivamente, como conseqüência, foi se avolumando a dívida externa, passando esta a ser, crescentemente, nova e decisiva fonte de renovados empréstimos, na medida em que amortizações e serviços da dívida vão, ano após ano, levando inexoravelmente ao sufocamento." Ver "As Máquinas param, germina a democracia" In: CHASIN, J. *A Miséria Brasileira*. Santo. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, pp. 85-86.

O ardil do politicismo

A reflexão contemporânea sobre a politicidade, o entendimento político e as formas de poder, têm sido freqüentemente uma visitação ao *aperfeiçoamento* destas formas, visando a corrigir seus defeitos e, com isso, alcançar sua perfectibilidade, desconhecendo, assim, a razão das *taras sociais*: o sociometabolismo do capital.[17] Há que reconhecer, no entanto, que "por natureza, a política sendo a administração do domínio de uns sobre outros, jamais pode ser a sagração da santidade". A política, em seu traço essencial, é intrínseco à forma de sociabilidade do capital, "é uma ilusão castradora assentar sobre ela a esperança de que as questões humano-societárias possam por seu meio ser efetivamente resolvidas". A política emerge em sua dimensão histórica como *força social pervertida e usurpada*. Dada sua negatividade na esfera social, a politicidade se assenta numa "sociabilidade imperfeita, substância ainda não realizada enquanto tal, ou seja, ainda incapaz de autonomia como complexo estruturado, conduz à política, ou seja, a política como autodeterminação na forma da alienação."[18]

O *ardil do politicismo* surge, portanto, como arma vital para a reprodução do autocratismo-burguês, forma recorrente do seu ser social limitado e atrofiado. Mecanismo que lhe permite cortar os horizontes e perspectivas de vasto contingente da classe trabalhadora da cidade e do campo, manipulando as consciências oposicionistas, que atrai para o seu próprio campo o desenlace da transição pelo alto, ganhando a chancela para a vitória de sua propositura,

[17] Ao contrário da posição *politicista* que supõe a política com vida própria, a posição ontológica de extração marxiana, "/.../ reconhece e sustenta a unidade indissolúvel da esfera sócio-econômica, ou seja, a efetividade da produção material como atividade vital dos indivíduos sociais, ou seja, a inseparável interatividade dos produtores, a determinação recíproca entre homem, atividade e sociabilidade; o agente, sua capacidade ou predicado e o exercício real deste são formas e modos da atualização social." Cf. CHASIN, J. "Ad Hominem: rota e prospectiva de um projeto marxista". In: *Revista Ensaios Ad Hominem 1*. Tomo I: marxismo. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999, p. 18.

[18] Há que atentar para isto, pois, alguns intelectuais sempre se dispõem a completar esta "lacuna de Marx": a ausência de reflexão sobre as formas do poder operário. Mas tal ausência não constitui uma "lacuna". A posição marxiana, desvendando pela raiz a esfera da politicidade, esclarece sua origem e expõe sua natureza *ontonegativo*, "precisamente, porque exclui o atributo da política da essência do *ser social*, só admitindo como extrínseco e contingente ao mesmo, isto é, na condição de historicamente circunstancial; numa expressão mais enfática, enquanto predicado típico do ser social, apenas e justamente, na particularidade do longo percurso de sua pré-história". Cf. CHASIN, J. "Estatuto ontológico e resolução metodológica". In: TEIXEIRA, F. S. *Pensando com Marx*, São Paulo: Ensaio, 1995, p.368.

deixando intocável a forma particular da acumulação subordinada e desarmando uma alternativa da perspectiva do trabalho.

Uma das características da *Analítica Paulista* reside na arte de priorizar a esfera da política seccionando-a da econômica, anulando o primado ontológico do complexo da produção e reprodução da existência material, a centralidade da atividade prática sensível no âmbito do ser social, confundindo-a como fator que permite operacionalizar os lances políticos separados e autonomizados do âmbito do metabolismo social do capital[5]. Na posição politicista, que separa arbitrariamente o social do econômico, acaba por dissociar "o agente ativo e sensível (o social) da própria atividade sensível (o econômico), o sujeito de seu próprio predicado, e só os religa pela mediação, tornada decisiva, da atividade extra-sensível (a política)".[19]

Desde o esgotamento do "milagre", em meados de 1973, as frações da classe dominante começaram a desnudar-se perante os "novos demiurgos". Da mesma forma que em seus pronunciamentos de 1982, os empresários reclamavam que uma *recessão sem destino* conduziria inevitavelmente o país a uma situação incontrolável, onde *a própria existência da empresa privada nacional estaria ameaçada*. Os bons lucros poderiam até não ser os mesmos, mas agora a perspectiva era a de *perdas crescentes*. Após tantos anos favorecidos pela tutela militar, apoiando a "ditadura da espada sobre a sociedade civil", os empresários não mais satisfeitos com as soluções do bonapartismo, passam a clamar por maior participação nas decisões políticas: *abertura!* Necessidade histórica que vislumbrava outra alternativa à fórmula bonapartista, com isso, as frações descontentes retiravam o apoio ao terrorismo oficial explícito. Ainda que a mudança de forma não modificasse o traço autocrático. Nesse sentido: "Perecidos estavam os fundamentos do *bonapartismo*, até mesmo porque, para certas angulações dos setores dominantes, em dada medida e para aquela fase, estavam cumpridas suas finalidades: *economicamente*, garantira a superexploração do trabalho, patrocinando curta, mas intensa acumulação - nada

[19] Há que recordar que essa crítica está centrada nas formulações politicistas de Fernando Henrique Cardoso. Cf. CHASIN, J. "Ad Hominem: rota e prospectiva de um projeto marxista". In: *Revista Ensaios Ad Hominem 1*. Tomo I: Marxismo. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999, p. 18.

mais do que a 'inchação modernizadora' do aparato da velha subordinação estrutural da economia nacional, é certo, mas que fora suficiente, por alguns anos, para nutrir os cofres relativamente limitados e aplacar os temores ilimitados de nossa estreita burguesia; *politicamente*, desorganizara e aterrorizara o movimento de massas, especialmente o movimento operário, e desbaratara as oposições, especialmente do ponto de vista ideológico, mas também emasculara sua programática e influíra poderosamente em sua orgânica".[20]

Há que especificar que uma das características essenciais da reprodução da dominação do capital atrófico em nossa formação histórica acha-se o fenômeno do politicismo, natureza intrínseca e estratégia utilizada de modo consciente pelos proprietários nacionais a fim de barrar qualquer possibilidade que modifique a lógica particular da organização produtiva angulada sob interesses amesquinhados, exclusivistas e particularistas, e, por esta razão, montada sob o pilar da superexploração da força de trabalho, o que implica a exclusão dos contingentes majoritários da sociedade na apropriação dos frutos de seu próprio trabalho. Com isso, à margem das fontes da vida, da natureza e os meios de produção e, em sua substância social, a riqueza genérica que ela mesma cria, a classe trabalhadora se vê tolhida na elevação de sua própria condição material afastando-se da produção genérica de si própria. Neste caso, abole-se idealmente esta "essência subjetiva" e se firma a crença de que o capital *gera* o trabalho. Obnubilada as condições de produção e reprodução da vida material, coisificando e naturalizando esta dimensão essencial do cotidiano, e nela a superexploração da força de trabalho em todas suas consequências, as oposições sem uma programática da perspectiva do trabalho capaz de desmontar as mazelas da forma particular da organização produtiva, acabaram por se afinar ideologicamente ao cronograma militar que nossos *sorbonnards* intentavam uma *transição pelo alto* sob a constante tecla do "aperfeiçoamento das instituições", da "restauração democrática", deixando intangível a esfera econômica, conclamando e

[20] CHASIN, J. "Hasta Cuando? – a propósito das eleições de novembro". In: *A Miséria Brasileira...* Op. Cit., pp. 126-7.

desarmando a oposição para o seu próprio campo, dirigindo-a para a política da "distensão democrática", lenta, gradual e segura.

A produção teórica que se concentra em desvendar a teleologia e os passos políticos da "distensão democrática" levada a cabo pelos castelistas, se nutre do *télos* politicista da auto-reforma da autocracia bonapartista para reafirmar a impropriedade de qualquer outra alternativa que pudesse desarmar a engrenagem dos aparatos de repressão. Tal tarefa implicava somente uma saída: a resolução pelos próprios militares sem a participação das massas. Segundo essa vertente, o equívoco das esquerdas decorreu do fato de que para elas a derrubada do regime teria de ser radical, não reconhecendo na "distensão democrática" do general Geisel uma "autêntica" ruptura com o "autoritarismo".

Com a *auto-reforma* encaminhada, uma vez anulada a resistência armada, no campo da social democracia se buscava estabelecer uma concepção de democracia como valor universal, independente das classes sociais, onde o *dissenso* fosse reconhecido, juntamente com os interesses partidários e o parlamento aparecesse como o espaço onde as razões individuais buscariam o *consenso* na forma da lei, no andamento de acordo com as regras do jogo.

Há que reconhecer como virtude do politicismo burguês – freio e protetor de sua estreiteza econômica – o desfibramento de uma oposição conseqüente ancorada numa alternativa econômica da perspectiva da lógica onímoda do trabalho. Assim, em 1989, quase trinta anos sem eleições diretas, as oposições se apresentavam divididas e sem uma alternativa econômica. A tibieza teórica das esquerdas fez com que na primeira eleição para presidente da república, na ausência de posição de esquerda, a vitória de um autêntico demagogo e oportunista pôs definitivamente abaixo a possibilidade da atadura dos fios rompidos de um desenvolvimento nacional com progresso social.

Da perspectiva do capital atrófico, suas frações se apresentaram, mais uma vez, impotentes e clivadas em interesses mesquinhos e particularistas. Diante da crise econômica – legado da autocracia burguesa bonapartista – os proprietários apresentam-se divididos politicamente. Naquela ocasião, uma confluência eleitoral à esquerda do capital seria a estratégia concreta mais plausível, por meio de um

movimento democrático de massas, para a ruptura definitiva da dominação autocrático-burguesa. Não pelo *corte socialista*, decerto. Pronto, o capital coletivo/não-social do Leste europeu também implodia. A transição impossível desfazia-se aceleradamente. Aqui, as esquerdas desunidas, sem programa, sem unidade, sem nada, ensejaram a vitória do "filhote da ditadura". E, assim, pôs em cheque não só as oposições, mas também, as "teorias" da *analítica paulista*. Com a vitória de Collor de Mello, "*a internacionalização econômica subordinada do país estará definitivamente imposta*, de modo que todo seu perfil estrutural será basicamente outro /.../. A presente sucessão presidencial, celebrada eleitoralmente depois de trinta anos, pode estar gerando o encerramento de um patamar histórico. Se assim for, ter-se-á perdido a última oportunidade de um quadro de realidade e de seu potencial de lutas. Os novos e futuros serão muito distintos, para os quais as armas atuais já não terão nenhuma serventia, e não só porque hão de ter mostrado que não prestam. É sempre uma lástima, humanamente penosa, perder oportunidades históricas. Mas, do que tem sido feita a crônica da esquerda no Brasil? Ou é mais justo perguntar no mundo? Quando a esquerda não rasga horizontes, nem infunde esperanças, a direita ocupa o espaço e draga as perspectivas: é então que a barbárie se transforma em tragédia cotidiana."[21]

Com o derribamento da candidatura oposicionista, no segundo turno das eleições presidenciais de 1989, consumava-se o processo da *auto-reforma* da autocracia burguesa, previamente traçada e regiamente seguida no cronograma militar da transição pelo alto. O regime instaurado a partir de 1964, "o crime erigido sob a forma de lei"[22], não foi abatido por um amplo movimento de massas, articulado num projeto econômico alternativo da perspectiva do trabalho, porém - e esta foi sua grande vitória -, manteve em seus traços gerais a forma particular da organização produtiva subordinada e induzida de fora. Do golpe de 1964 até a instauração da "Nova República" – com o referendo do nome de Tancredo Neves,

[21] CHASIN, J. "A sucessão na crise e a crise na esquerda". In: *A Miséria Brasileira*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 287.
[22] Expressão extraída de Nelson Werneck SODRÉ. "1964: A Ditadura Anunciada". In: *Golpe de 64*. Porto Alegre: Universidade Estadual de Porto Alegre, 1994, p. 10.

pela via indireta, num colégio eleitoral e a consagração de um aventureiro no poder, em 1989 –, transitou-se de uma *forma bonapartista* para uma *autocracia burguesa institucionalizada*. Reafirmando o velho ardil do *politicismo burguês*, no desarme da oposição no enfrentamento da questão nacional, marginando a sua ação na esfera do político, no "aprimoramento das instituições", consoante ao estratagema do capital atrófico, que impõe limites que não poderiam ser ultrapassados, numa rígida linha divisória: a ruptura com a estrutura econômica subordinada aos capitais financeiros internacionais e o trânsito para outra forma de metabolismo social da perspectiva do trabalho.

* Professor-doutor do Programa de Estudos Pós-graduados em História da PUC-SP, do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais da PUC/SP e do Colegiado de Ciências Sociais do Centro Universitário Fundação Santo André.

Bibliografia

ANTUNES, Ricardo - **A Rebeldia do Trabalho**. São Paulo: Ensaio/Unicamp, 1988.

BANDEIRA, Moniz - **Estado Nacional e Política Internacional na América Latina**.2.ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília/ Ensaio, 1995.

CAMPOS, Roberto - **A Lanterna na Popa**. Vol. I e II, Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CARDOSO, F. H. - **O Modelo Político Brasileiro**. São Paulo: Difel, 1972.

CHASIN, J. - **A Miséria Brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social**. Santo André/SP: Estudos e Edições Ad Hominem São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

_____ - **"Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica" In: TEIXEIRA**, Francisco José - **Pensando com Marx**. SP: Ensaio, 1995.

_____ - **A Determinação Ontonegativa da Politicidade**. *Revista Ensaios Ad Hominem 1*. Tomo III: Política. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

_____ - **"Ad Hominem: rota e prospectiva de um projeto marxista"**. In: *Revista Ensaios Ad Hominem 1*. Tomo I: marxismo. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.
D' ARAUJO, M. C. & **CASTRO**, C. - **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
D' ARAUJO, M. C. et alli. - **Visões do Golpe**. RJ: Relume Dumará, 1994.
DREIFUSS, René - **1964: A Conquista do Estado**. RJ: Vozes, 1981.
FERREIRA, Oliveiros S. - "Revisitando a Geopolítica do Brasil" In: *Cultura* n.º 158, **O Estado de São Paulo**, 15 de julho, 1981.
GALVÃO, Luiz Alfredo - **Capital ou Estado?**. São Paulo, Cortez, 1984, p. 123.
GASPARI, Elio - **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
GORENDER, Jacob - **Combate nas Trevas**. SP: Ática, 1998, 5.ª Edição.
LOSURDO, Domenico - **Democracia ou Bonapartismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Edusp, 2004.
PASSARINHO, Jarbas - **Um Híbrido Fértil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.
RAGO F.º, Antonio - "Sob este signo vencerás! A estrutura ideológica da autocracia burguesa bonapartista". In: **Cadernos AEL: Tempo de Ditadura**, v. 8, n.º 14/15 – primeiro e segundo semestres de 2001.
REIS F.º, Daniel Aarão - **A Ditadura Militar, esquerdas e** sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2000.
SODRÉ, N. W. - **"1964: A Ditadura Anunciada"**. In ***Golpe de 64***. Porto Alegre: Universidade Estadual de Porto Alegre, 1994.